

Itamar rola dívida de estados e municípios

■ Presidente aproveita projeto que amplia os prazos de pagamento para barganhar no Congresso a aprovação do ajuste fiscal

BRASÍLIA — O presidente Itamar Franco enviará ao Congresso na terça-feira projeto que define a renegociação da dívida de aproximadamente US\$ 53 bilhões que estados e municípios têm com a União e órgãos federais. Desse total, US\$ 5 bilhões já venceram e não foram pagos. A renegociação dará uma boa folga financeira aos estados, que teriam de quitar a maior parte da dívida nos próximos anos. Pelo projeto, cerca de US\$ 18,3 bilhões, relativos a débitos com a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BNDES e outras instituições federais poderão ser pagos em até 20 anos, com juros mé-

dios dos contratos originais mais inflação.

A renegociação fortalecerá politicamente o governo às vésperas da votação do ajuste fiscal. O presidente dará caráter solene à assinatura da mensagem que encaminhará o projeto. A cerimônia, marcada para as 15h de terça-feira, no Palácio do Planalto, terá a presença de todos os governadores. Ontem, o líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire, discutiu os últimos detalhes do projeto com o ministro do Planejamento e interino da Fazenda, Paulo Haddad. "A idéia é permitir que a dívida volte a

Brasília — Josemar Gonçalves



Itamar chega hoje à reunião dos partidos com trunfo da dívida

ser paga", explicou Freire. Há quase dois anos, poucos estados e municípios vêm pagando parcelas da com a União e órgãos federais, à espera de nova legislação.

Caixa — O projeto substituirá uma lei cuja validade expirou em 31 de dezembro, mas nunca foi usada porque, segundo os governos estaduais e prefeituras, impunha condições muito severas. A lei anterior foi discutida no governo Collor e sua regulamentação foi aprovada pelo Senado quando a CPI do PC dominava o Congresso.

Dos US\$ 53 bilhões, uma parcela será esticada para pagamento em

20 anos. São os US\$ 18,4 bilhões com bancos oficiais, como Caixa e BNDES. São empréstimos tomados por estados e municípios para obras de infra-estrutura que, pela nova lei, poderão ser pagos até 2013. O restante terá prazos menores e juros de mercado.

A dívida dos estados no mercado financeiro, por exemplo, será apenas trocada por títulos federais, com os tradicionais prazos dos papéis do Tesouro. A dívida externa, de US\$ 10,7 bilhões, será renegociada nas condições que o governo federal obteve dos credores externos, ou seja, cerca de 30 anos.